ARTIGO 8.º

A sociedade através da assembleia geral, poderá amortizar qualquer quota nos casos seguintes:

- a) Insolvência ou falência do sócio seu titular;
- b) Arresto, arrolamento ou penhora da quota;
- c) Venda ou adjudicações judiciais.

§ único. A amortização será realizada pelo preço igual ao valor nominal da quota e pago em quatro prestações trimestrais.

Está conforme o original.

19 de Janeiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria do Céu Marques Pinheiro*. 3000209329

APOIAMUS — CONSULTORIA DE GESTÃO, FORMAÇÃO E INFORMÁTICA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 05895/20001214; identificação de pessoa colectiva n.º 503930466; inscrição n.º 06; número e data da apresentação: 01/20001214.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Aumento de capital e alteração parcial do contrato.

Montante do reforço e como foi subscrito: 7230\$, em dinheiro, quanto a 3615\$, por Marco António da Silva Nogueira; e 3615\$ por Bruno Miguel da Silva Nogueira. Tendo, em consequência, o n.º 1 do artigo 2.º e os artigos 3.º, 5.º e 6.º do respectivo contrato ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Avenida de Luísa Todi, 228, 1.º, esquerdo, freguesia de São Julião, concelho de Setúbal.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de consultoria de gestão, principalmente às empresas, englobando, auditoria económica-financeira, contabilística, fiscal e reestruturação empresarial; implementação de sistemas de qualidade e apoio à certificação; levantamento de necessidades, concepção de planos, elaboração de candidaturas, execução e avaliação de projectos de formação profissional; estudos de mercado, execução de planos de *marketing* e outros serviços similares. Comercialização de equipamento de escritório, máquinas electrónicas, *software* e *hardware* informático.

ARTIGO 5.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de quinze mil euros e corresponde à soma de três quotas: uma do valor nominal de sete mil e quinhentos euros, pertencente ao sócio Bruno Miguel da Silva Nogueira; uma do valor nominal de três mil quatrocentos e quarenta e um euros e setenta e um cêntimos e outra do valor nominal de quatro mil cinquenta e oito euros e vinte e nove cêntimos, ambas pertencentes ao sócio Marco António da Silva Nogueira.

ARTIGO 6.º

A administração e representação da sociedade, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo não sócio David dos Santos Nogueira, já nomeado gerente, obrigando-se a sociedade com a assinatura do gerente.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

19 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ajudante, *Pedro Fernando da Silva Costa*. 3000209325

VASCO D. C. PEREIRA — COMÉRCIO DE MARISCOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 05082/990121; identificação de pessoa colectiva n.º 504470213; inscrição n.º 02; número e data da apresentação: 06/20010710.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Aumento de capital e alteração parcial do contrato.

Montante do reforço e como foi subscrito: 4 012 500\$, em, dinheiro, em partes iguais pelos sócios. Tendo, em consequência, os artigos 1.º e 3.º do respectivo contrato ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Vasco D. C. Pereira — Comércio de Mariscos, L.^{da}, e tem a sua sede na Urbanização Municipal, Azinhaga da Varzinha, lote 10, armazém 2, freguesia de Santa Maria da Graça, concelho de Setúbal.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social em dinheiro é o de cinco milhões doze mil e quinhentos escudos, está integralmente realizado e encontra-se dividido em duas quotas, cada uma no montante de dois milhões quinhentos e seis mil duzentos e cinquenta escudos, pertencente uma a cada um dos sócios.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

19 de Abril de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Dourel Parada de Carvalho*. 3000209324

VASCO D. C. PEREIRA — COMÉRCIO DE MARISCOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 05082/990121; identificação de pessoa colectiva n.º 504470213; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 08/990121.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

1 — Vasco Diogo Cardoso Pereira e mulher.

2 — Guiomar da Conceição Couveiro Simões Ferrador Pereira, casados em comunhão de adquiridos, Praceta de Afonso Paiva, 9, 3.º, direito, Setúbal, constituem a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Vasco D. C. Pereira — Comércio de Mariscos, L.^{da}, e tem a sua sede na Praceta de Afonso Paiva, 9, 3.º, direito, na freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal.

2 — Por deliberação da gerência pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como pode a sociedade instalar, manter ou encerrar sucursais e outras formas de representação social, no país ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto o comércio e distribuição de produtos do mar, vivos, frescos e congelados.

2 — A sociedade poderá adquirir participações como sócia de responsabilidade limitada em sociedades com objecto diverso do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e associar-se em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, em dinheiro, é de um milhão de escudos, está integralmente realizado e encontra-se dividido em duas quotas, cada uma do montante de quinhentos mil escudos, pertencente uma a cada um dos sócios.

2 — Por deliberação unânime poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante de cinco milhões de escudos.

ARTIGO 4.º

Na cessão onerosa de quotas a não sócios à sociedade em primeiro lugar e aos sócios não cedentes em segundo, é conferido o direito de preferência.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Insolvência ou falência do respectivo titular; e
- b) Anúncio de venda da quota em qualquer execução judicial, fiscal ou administrativa, arresto ou penhora da quota.

ARTIGO 6.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não conforme for deliberado, fica a cargo de ambos os sócios.

2 — A sociedade fica vinculada com a intervenção de qualquer um dos gerentes nomeados.

Está conforme o original.

19 de Abril de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Dourel Parada de Carvalho*. 3000209323

ESTILO E VISUAL, ESCOLA E AGÊNCIA DE MODELOS, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 05087/990126; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 11/990126.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

1 — Ana Francisca Peixoto Gonçalves Sobrinho, solteira, maior, Praceta de Mário Sá Carneiro, 1, 3.º, direito, Setúbal, constitui a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Estilo e Visual, Escola e Agência de Modelos, Unipessoal, L.^{da}

2 — A sua sede é na Avenida de D. Manuel I, 40, 1.º, esquerdo, freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal.

2.º

A sociedade tem por objecto a actividade de cursos e agência de modelos e manequins.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos e corresponde a uma única quota.

4.º

1 — A gerência e administração da sociedade, a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo da sócia, desde já nomeada gerente, com dispensa de caução.

2 — Para obrigar validamente a sociedade, em todos os seus actos e contratos, é necessária a assinatura da referida gerente.

3 — A sociedade não pode ser obrigada em actos ou contratos estranhos aos seus negócios sociais, designadamente fianças, abonações, letras de favor ou outros documentos de natureza semelhante.

5.º

Acessão de quotas depende sempre do consentimento da sociedade.

Transitório

A gerente fica desde já autorizada a proceder ao levantamento do capital social depositado na conta bancária da sociedade, afim de satisfazer as despesas de constituição e registo da sociedade, bem como a aquisição de bens e equipamentos necessários para o início da sua actividade.

Está conforme o original.

19 de Abril de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Dourel Parada de Carvalho*. 3000209322

VIANA DO CASTELO

ARCOS DE VALDEVEZ

OLIVEIRA & OLIVEIRA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Arcos de Valdevez. Matrícula n.º 320/190495; identificação de pessoa colectiva n.º 503410365; inscrição n.º 08; número e data da apresentação: 05/040611.

Certifico, para fins do disposto nos artigos 71 e 72 do Código do Registo Comercial, com relação à sociedade em epígrafe foi registada a dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação: 8 de Junho de 2004.

Está conforme o original.

9 de Fevereiro de 2006. — A Escriutária Superior, *Maria da Conceição Peixoto Cerqueira Rodrigues*. 2004396415

TÁXIS CENTRAIS DO CAMPO DO TRASLADÁRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Arcos de Valdevez. Matrícula n.º 0078/230968; identificação de pessoa colectiva n.º 500559090; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 03 e inscrição n.º 06; números e data das apresentações: 01 e 02/200104.

Certifico, para fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, com relação à sociedade em epígrafe, foram registados os seguintes actos de registo:

1.º Cessação de funções de gerente de Carlos Alberto Rodrigues de Araújo.

Causa: renúncia.

Data: 23 de Outubro de 2003.

2.º Nomeação de gerente.

Gerente nomeado: António Fernando Martins Ferraz, casado, residente em Gração, São Jorge, Arcos de Valdevez.

Data da Deliberação: 23 de Outubro de 2003.

Está conforme.

9 de Fevereiro de 2006. — A Escriutária Superior, *Maria da Conceição Peixoto Cerqueira Rodrigues*. 2004396172

PONTE DA BARCA

ARVAL — ARTESÃOS REUNIDOS DO VALE DO LIMA, C. R. L.

Conservatória do Registo Comercial de Ponte da Barca. Matrícula n.º 00296/20041022; identificação de pessoa colectiva n.º 501284605; inscrição n.º 04; número e data da apresentação: 01/09112004.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi alterado parcialmente o contrato quanto aos seus artigos 1.º, 2.º, 3.º, 8.º, 9.º, 10.º, 13.º, e 17.º nos termos seguintes:

Estatutos da cooperativa Arval — Artesãos Reunidos do Vale do Lima, C. R. L., organizada nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado

ARTIGO 1.º

A cooperativa denomina-se ARVAL — Artesãos Reunidos do Vale do Lima, C. R. L., tem a sua sede social na Praça da República, 15, 4980-620, na vila e concelho de Ponte da Barca e durará por tempo indeterminado, podendo mudar de sede social para qualquer localidade do país, sendo bastante para o efeito uma deliberação aprovada em assembleia geral.

ARTIGO 2.º

O seu ramo é o artesanato e os seus objectivos e fim principais, são o ensino, estudo e formação profissional, no campo das artes e ofícios tradicionais. Como actividade secundárias tem a produção e transformação das fibras têxteis do linho e da lã até ao produto acabado, bem como a sua comercialização.

ARTIGO 3.º

O capital social mínimo da cooperativa é de trezentos e vinte euros, integralmente realizado em dinheiro e a entrada mínima a subscrever por cada cooperador será de quinze euros, paga igualmente em dinheiro.

1 — O valor unitário de cada título de capital é de quinze euros.

2 — Por deliberação da assembleia geral, poderá o capital ser aumentado uma ou mais vezes, devendo tais aumentos serem realizados igualmente em dinheiro, mediante a subscrição de título de capital pelos actuais cooperadores ou a admissão de novos cooperadores.

3 — No acto da admissão, cada cooperador pagará uma jóia montante de um euro, prestação única.

ARTIGO 4.º

Podem ser admitidos como membros da Cooperativa todos os indivíduos interessados que preencham os requisitos legais.

1 — O candidato a membro da Cooperativa apresentará, à direcção, uma proposta de admissão subscrita por dois cooperadores e pelo proposto. Mesmo verificando-se estes requisitos referidos no artigo 4.º, só será aceite a admissão de novos sócios desde que as condições económicas da Cooperativa o permitam, sem prejuízo do equilíbrio financeiro da mesma.